

“Balbúrdias” de gênero na universidade: letramentos críticos e diversidade

Rumpus on gender in the university: critical literacy and diversity

Fabiana BIONDO (UFMS)¹

RESUMO

Motivado pela recente polêmica a respeito da suposta “balbúrdia” em universidades públicas do Brasil, o trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa sobre questões de gênero, linguagem e poder, de modo a apontar para um sentido positivo do termo objeto da polêmica. A partir de estudos sobre letramento crítico, gênero e diversidade, discute três problemáticas interligadas: 1) a importância de se (re)pensar a militância de gênero na internet; 2) a importância de se (re)pensar a crítica sobre gênero na escola; 3) a importância de se (re)pensar a violência atrelada à heterossexualidade compulsória. Ao assumir uma perspectiva política e positiva para “balbúrdia”, o trabalho se propõe a ressignificar a ordem hegemônica e androcêntrica do gênero e a fazer refletir sobre a tarefa de militância na internet, a educação crítica e a violência ligada à heterossexualidade compulsória. Conclui reafirmando o compromisso dos pesquisadores de dar visibilidade ao trabalho crítico e engajado que tem sido desenvolvido nas universidades do país, na expectativa de que este estudo possa também cumprir esse papel, atuando como um pequeno exemplo das muitas “balbúrdias” que constituem o exercício de pesquisa nessas instituições.

Palavras-Chave: Linguagem, Gênero, Diversidade, Educação, Internet

ABSTRACT

Within the context of the recent turmoil on the supposed ‘rumpus’ in government-run universities in Brazil, several results of a research on gender, language and power issues are provided for a positive meaning on the polemicized term. Studies on critical literacy, gender and diversity have forwarded three intertwined issues: 1) the important of (re)thinking gender discussions on the Internet; 2) the important of (re)thinking critical work on gender in the school; (3) the important of (re)thinking violence linked to compulsory heterosexuality. When one presupposes a political and positive perspective on ‘rumpus’, research re-signifies the hegemonic and androgenic order of gender and makes one reflect on aggressive attitude on the Internet, critical work in school and violence linked to compulsory heterosexuality. Results show the researcher’s commitment to make visible critical and committed work that has been developed in Brazilian universities, revealing its roles. In fact, it is an example of the many rumpuses that make up research in these institutions.

Keywords: Language, Gender, Diversity, Education, Internet

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0443-4987>; e-mail: fabibiondo@gmail.com

1. Introdução²

Em resposta à recente polêmica sobre a suposta “balbúrdia” relacionada às universidades públicas do nosso país, apresento neste trabalho alguns dos resultados de pesquisas que tenho realizado como docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, mais recentemente, em estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo. Em comum, os resultados que escolhi discutir estão associados a questões de gênero e poder e apontam positivamente para a desordem pressuposta na terminologia “balbúrdia”, na medida em que questionam e desestabilizam estruturas tradicionalmente estabelecidas para o gênero na sociedade moderna ocidental e, assim, podem gerar desconforto. As pesquisas foram realizadas em ambiente educacional e em redes sociais, a partir de estudos sobre identidade de gênero, diversidade e letramentos críticos, sobretudo, e respondem também ao intuito de evidenciar a violência e o sofrimento que constituem a cultura hegemônica do gênero (BIONDO, 2015).

As discussões estão amparadas em teorias críticas contemporâneas que buscam superar a crítica moderna, a qual teria instituído propostas totalitárias como alternativa a uma sociedade que se pretendia também totalizante, conforme pontuou Sousa Santos (1999) no campo das ciências sociais. Nessa perspectiva, o conhecimento foi tomado como um modo de obter a ordem sobre o caos, em processos de resistência ainda muito pautados na lógica do Iluminismo e pouco atentos ao multiculturalismo e à importância de se dar inteligibilidade à diferença, em suas diferentes manifestações, em processos “solidários” de construção do conhecimento. No interior desse quadro mais amplo, estudos sobre o letramento crítico têm destacado a importância de que o conhecimento seja apreendido de forma situada, em contextos interpretativos específicos, e nunca de forma neutra ou natural. Há que se estar atento, portanto, às questões ideológicas que são reveladas localmente e de forma múltipla em determinadas comunidades discursivas (CERVETTI *et al*, 2001; JORDÃO, 2015), uma vez que os sentidos também nunca são dados a priori e, sim, construídos por meio da e na língua/linguagem. É, então, no interior de cada prática de letramento que os sentidos se estabelecem e são apreensíveis, em suas conotações culturais específicas e, conforme Street (2003), revelando relações de poder que configuram sujeitos, espaços e tempos particulares.

Entre as práticas de letramento que interessam ao estudo, as que se dão na internet, em redes sociais, e as que ocorrem em instituições educacionais são propícias a construções de sentidos capazes de superar uma visão totalizante de sociedade, de conhecimento, de identidade, de diversidade. Quanto às

² O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processo no. 155563/2018-1).

comunidades da internet, entendo-as como práticas de letramento digital, as quais nos têm feito expandir nossas relações sociais, reconfigurar nossas visões de mundo e ressignificar as noções de convergência e de diversidade (MOITA LOPES 2010; MONTE MÓR, 2014). As instituições educacionais, por sua vez, também têm colocado em evidência as tensões que configuram processos de significação polêmicos como os do gênero e da sexualidade, conforme mostram estudos e relatos sobre a ocorrência de *bullying* nesses espaços, por exemplo.

Tais ambientes, portanto, convidam-nos a questionar a lógica tradicional das categorias binárias do gênero e convocam-nos a teorizá-las criticamente. Permitem, ainda, pensar a própria identidade de gênero em sua performatividade, ou nos termos da instabilidade que configuram a teoria *Queer* (BUTLER, 2003, 2004; LOURO, 2008; JAGOSE, 1996). A vivência da alteridade nesses espaços, mais do que isso, revela estruturas de poder, ideologias e hegemonias que possibilitam (re)significar as próprias noções de diferença/diversidade que estão em jogo nas interações.

Nessa direção, os exemplos selecionados para discussão apontam para três reflexões complementares: 1) a importância de se (re)pensar a militância de gênero na internet; 2) a importância de se (re)pensar o trabalho crítico sobre gênero na escola; 3) a importância de se (re)pensar a violência atrelada à heterossexualidade compulsória. Para (des)organizar a balbúrdia, no entanto, começo apresentando alguns aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas.

2. Letramentos críticos e diversidade

Em estudo recente sobre a necessidade de ainda se discutir, em terras de Paulo Freire, uma educação crítica, Souza e Monte Mór (2018) alertam tanto para o crescimento da intolerância na atualidade – que se dá de forma proporcional ao crescimento da necessidade de se discutir a diferença criticamente – quanto para a importância de se repensar a própria crítica. Dão visibilidade, portanto, a duas das questões que considero importantes para delinear os caminhos teóricos das reflexões aqui propostas.

Em primeiro lugar, a retomada e o crescimento da consciência e da aceitação da crítica, em tempos pós-ditadura militar no Brasil, que mais recentemente têm dividido espaço com anseios inflamados pelo retorno à própria ditadura e com propostas reacionárias e extremamente conservadoras, tais como a “Lei da mordaza”, o movimento “Escola sem partido”, entre outros (SOUZA; MONTE MÓR, 2018). Mais informalmente, são dignos de notoriedade os ataques que muitos professores da escola básica e do Ensino Superior têm sofrido recentemente em função das supostas ideologias por eles “disseminadas”.

O crescimento simultâneo das forças transgressivas e das reacionárias, nos últimos anos, acompanham as mudanças sociais, políticas, culturais e tecnológicas de nossa sociedade, sobretudo no que se refere a estas últimas. Conforme Castells (1999, p. 40), o crescimento exponencial das redes

computacionais vem “criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” e isso se dá, sobretudo, pela flexibilização das fronteiras espaço-temporais da modernidade, hoje transgredidas a um simples toque do celular, como lembrou Bauman (2001).

Entre outras implicações, isso tem permitido a cada dia mais o contato com a alteridade, a convivência com a diferença, nos deslocando de nossos mundos e desestabilizando as nossas certezas, permitindo-nos viver outras “formas de sociabilidades” (MOITA LOPES, 2006, p. 92). Essa me parece ser uma das grandes contribuições das mídias digitais, uma vez que, na internet, é possível estabelecer práticas de letramento abertas à criticidade, à diversidade, ao questionamento das diferenças, à construção colaborativa e múltipla de significados, em perspectiva multicultural.

Mas, por outro lado, o confronto com a alteridade tem exigido dos sujeitos o contato com suas subjetividades e dificultado sobremaneira sua complicada tarefa de autoconstituição. Isso porque as instituições e categorias tradicionalmente tão bem definidas em nossa sociedade (família, gênero, igreja, escola etc.) têm sido continuamente reprojatadas, levando muitos a um desconforto e à empreitada de procurar estabilizar as verdades com as quais costumavam conviver a todo custo, especialmente por meio dos discursos religiosos e fundamentalistas (FRIDMAN, 2000).

Não é de se estranhar, portanto, o “medo da educação crítica” na atualidade, como lembraram Souza e Monte Mór (2018). O medo (em boa parte atrelado a interesses políticos) me parece explicar, em certa medida, as diversas reações conservadoras, em geral baseadas em discursos moralistas e religiosos, que tenho encontrado nas comunidades da internet e nos espaços educacionais que orientam as minhas pesquisas. A observação da dificuldade dos ativistas e simpatizantes das questões de gênero ao lidar com os discursos conservadores nesses espaços – muitas vezes, por meio de argumentos pautados apenas na lógica de que o estudo leva ao conhecimento e este, automaticamente, à ausência de ignorância –, no entanto, levam-me à segunda questão relacionada aos letramentos críticos e destacada por Souza e Monte Mór (2018): a urgência por se repensar a própria crítica.

Os autores afirmam que é preciso procurar evitar as armadilhas do pensamento crítico moderno, que operou, em grande medida, com as dicotomias opressor/oprimido e colonizador/colonizado, remetendo por vezes ao pensamento Iluminista que, paradoxalmente, buscou superar. Advogando em função de uma teoria crítica pós-moderna celebratória, Sousa Santos (1999, p. 205) também discute a possibilidade de se pensar uma teoria crítica de “solidariedade”, que reconheça as multiplicidades envolvidas na produção da diferença, dando inteligibilidade a essas diferenças e admitindo que a ignorância é sempre parcial (ignorância de uma certa forma de conhecimento), assim como o conhecimento, que é sempre “em relação a uma forma de ignorância”.

Ao contrariar a ideia de totalidade (do conhecimento, da própria crítica, da ignorância, da diferença, das culturas etc.), o pensamento de Sousa Santos (1999) remete à empreitada por desconstruir a ideia dos significados como pré-existentes à ação social feita pelos estudos sobre letramento crítico contemporâneos. Conforme Monte Mór (2008; 2014), os estudos críticos do letramento têm defendido uma educação atenta às mudanças sociais, às multiplicidades culturais e à emancipação, tomando a linguagem em sua natureza política e considerando os significados de forma situada, emergindo de práticas sociais específicas.

O conhecimento só pode, assim, ser tomado também de forma situada, já que é pela língua, enquanto lugar de construção de significados e de representação dos sujeitos no mundo (JORDÃO, 2015), que ele se estabelece. Tido como ideológico, nunca como pré-estabelecido ou neutro, o conhecimento está sempre imbuído de relações de poder e só pode ser tomado como superior ou inferior a partir de processos de atribuição de valor que são construídos socialmente (CERVETTI *et al*, 2001).

Em assim sendo, é fundamental identificar e considerar as diversas ideologias que se manifestam em práticas de letramento, como forma de promover o letramento crítico e a “habilidade crítica”. Esta última, para Monte Mór (2015), se desenvolve junto com a habilidade de construção de sentidos e

[...] traduz-se no desenvolvimento de habilidades de percepção social, de construção de sentidos, do reconhecimento de outras formas de construção de conhecimento (diferentes das tradicionais e legitimadas), de promoção de agência e de cidadania ativa, dentre outras habilidades que despontam e se fazem conhecidas. (MONTE MÓR, 2015, p. 45)

Em certa medida, páginas da internet e instituições educacionais são espaços legítimos e favoráveis à promoção de agência e cidadania crítica, nas lutas pela construção dos conhecimentos deslegitimados pela tradição.

Tais práticas, no entanto, carecem de serem analisadas em função de uma compreensão da diferença e da diversidade em sua natureza representacional, ou seja, estabelecida exclusivamente por via de processos discursivos (HALL, 2001). Dessa forma, tanto o gênero como as culturas, as classes sociais, as raças, entre outros, podem ser renegociados, rediscutidos e, mesmo, transgredidos, transformados, por meio do que Hall (2001) chamou de narrativas sobre o “eu” e sobre o “outro”, sempre passíveis de resignificação.

É por meio dessa lógica de construção localizada da diversidade que me orientam também as teorias de identidade de gênero as quais comento brevemente a seguir.

3. Performatividade do gênero e teoria queer

Como uma vertente do feminismo pós-moderno, a teoria da performatividade do gênero (BUTLER, 2003; LOURO, 2008; MOITA LOPES, 2007) permite olhar para a identidade de forma intrinsecamente ligada à linguagem, dado seu desenvolvimento fundado na teoria dos atos de fala de Austin e nas demais teorias da performance que ganharam destaque nos anos 70/80.

Ao se questionar sobre “a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória”, Butler (2003, p. 8) empreende a balbúrdia de desestabilizar a norma de inteligibilidade fixada para o gênero na cultura moderna, que buscou determinar uma relação objetiva entre sexo, gênero e comportamento social: se alguém nasce “mulher” deve ter comportamentos e traços tidos como “femininos” e se relacionar com um “homem”. Para Butler (2003), o gênero não existe de forma independente da ação social, mas só pode ser construído performativamente, por meios dessas ações e das estruturas de poder que as sustentam: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados.” (BUTLER, 2003, p. 48, destaque da autora). Assim, continua:

[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes [...] seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. [...] é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. (BUTLER, 2003, p. 48).

Por ser sempre um feito, as construções e as expressões do gênero se dão e são guiadas por meio de performances de linguagem, conforme Butler (2003). Para a autora, ao enunciarmos “é uma menina” quando do nascimento de um bebê, estamos inaugurando um processo de “ser menina” para essa criança no mundo social. Inicia-se, então, um conjunto de pressupostos ideológicos sobre a mulher que passam a regular sua existência, pautados em normas e em regras pré-definidas para este lado do binário. Mas, quando ensaiamos outras possibilidades para o ser mulher, amplia-se o campo para a subversão e a ressignificação dessas normas. O gênero seria, então, sempre uma construção, sujeita a instabilidades, que ocorre no decorrer da vida de forma contínua. Tal construção se dá por meio de diversas experiências, de aprendizagens e de práticas sociais, num processo que é “minucioso, sutil, sempre inacabado.” (LOURO, 2008, p. 18).

Desse modo, se pela norma de uma determinada cultura algumas identidades de gênero não são consideradas “lógicas”, por outro lado, é a existência dessa mesma norma que permite que a subvertamos, questionando suas regulações e apresentando outras vias para pensar o gênero. Assim, tais identidades só podem ser tomadas no interior das expressões ideológicas em que estão imersas – sejam essas expressões

binaristas e normativas (macho/fêmea; homem/mulher; heterossexual/homossexual); sejam elas transcendentais, movidas por instabilidades, por ressignificações e pelo questionamento da formação de poder que sustenta a hierarquia dos gêneros.

Se a visão performativa do gênero permite desnaturalizar categorias do feminino e do masculino, desordenando a hierarquia dos gêneros que se estabelece na relação binária homem *versus* mulher, ela também funciona, como desdobramento, na problematização da heterossexualidade compulsória, uma vez que esta costuma ser responsável por exclusões e por “restringir os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação” (BUTLER, 2003, p. 57).

Dessa forma, não haveria um significado pronto e essencial sobre o homossexual, o bissexual, o transexual, nem um destino sexual definitivo, conforme Moita Lopes (2007, p. 86). A sexualidade pode ser experimentada e performatizada, em diferentes práticas de letramento e em diferentes momentos da vida. Nessa direção, e com base também na genealogia de Foucault, surge a teoria *Queer*, que toma emprestado um termo antigamente utilizado para referir-se de modo pejorativo a homens homoeróticos, ressignificando-o para dar conta de questões sobre o modo de ser e de viver aberto à instabilidade e provisoriamente das identidades (JAGOSE, 1996; MOITA LOPES, 2007).

No contexto sociocultural contemporâneo, pautado pela transitoriedade e pela incompletude das identidades, sobretudo pelo acentuado contato com a alteridade propiciado pela internet, os resultados de pesquisa trazidos para discussão aludem à compreensão de processos particulares de construção de identidades. Para além disso, exemplificam locais de ressignificação da diversidade, salientando múltiplos discursos, culturas e sociabilidades e permitindo o confronto com as diferenças e relações de poder que respondem por processos de redefinição de identidades.

4. Metodologia

As pesquisas que deram origem aos resultados a serem discutidos estão atreladas a dois projetos de pesquisa que coordeno atualmente,³ ligados à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e à Universidade de São Paulo (USP), e os quais contam com a colaboração de outros colegas dessas instituições e de alunos de graduação, especialização e mestrado da UFMS. Ambos os projetos estão filiados a um paradigma situacional e interpretativista de investigação, em sintonia com o campo aplicado dos estudos da linguagem.

³ “Letramentos grafocêntricos e hipermediáticos em práticas letradas atuais” (UFMS) e “Letramentos críticos em espaços feministas da internet: (re)discutindo diversidade” (USP).

Se o ideal científico moderno da objetividade e imparcialidade do conhecimento promoveu a separação entre sujeito e objeto epistemológico, a Linguística Aplicada, por sua vez, tem considerado a (inter)subjetividade do sujeito social como fundamental e inseparável da produção do conhecimento (MOITA LOPES, 2013). Nesse sentido, trata-se de um campo cujas investigações não apenas se voltam para situações em que a língua(gem) tem papel fundamental, mas o fazem, sobretudo, considerando o ponto de vista, os valores e posicionamentos dos sujeitos imbricados nessas situações.

A partir dessa lógica de produção do conhecimento, interessam-nos metodologias interpretativistas, voltadas à exploração do significado de ações situadas, em sua relação com o ponto de vista dos atores dessas ações e com as circunstâncias sócio-históricas em que estão imersas (ERICKSON, 1988). Isso tem definido, no campo aplicado, percursos investigativos estruturados por planos flexíveis, mais que por “um programa fixo pré-montado; por ações orientadas e gradativamente reorientadas em função dos meios, interesses e obstáculos em jogo”, conforme destacou Signorini (1998, p. 93).

Para as pesquisas feitas em contexto educacional, temos utilizado a “pesquisa-ação” (ANDRÉ, 2000; BURNS, 2010) e o “estudo de caso” (GIL, 2009; YIN, 2015), principalmente. Para as realizadas na internet, temos feito imersões em páginas da rede social Facebook desde 2013 e, a partir de 2016, também no Twitter, no Instagram e em alguns blogs, orientando-nos por princípios da Etnografia Virtual (HINE, 2000; 2008), mais recentemente nomeada “etnografia para internet” (HINE, 2009; 2015). Quanto aos exemplos selecionados para discussão, tratam-se de duas etnografias para internet (uma em páginas feministas do Facebook e outra no Twitter) e uma pesquisa-ação (em um Instituto Federal de Educação), conforme a seguir.

5. Balbúrdia 1: a importância de se (re)pensar a militância de gênero na internet

O primeiro exemplo que trago para reflexão é resultado de uma pesquisa etnográfica que realizei em páginas feministas do Facebook desde 2013. Minha imersão nesses espaços, inicialmente, teve como intuito investigar os significados do feminino e de identidade de gênero que eram construídos de forma conjunta pelos sujeitos nele atuantes, de modo a melhor compreender as performances de re/des/construção do gênero nessas práticas de letramento.⁴ Em um segundo momento, dediquei-me à investigação das funções metapragmáticas exercidas por comentários dos participantes, de modo a discutir as relações entre hegemonia linguística e a ordem hegemônica de gênero estabelecida pela tradição etnocêntrica ocidental.⁵

⁴ Publicamos alguns resultados dessas primeiras análises em: Biondo (2015); Biondo e Signorini (2015).

⁵ Resultados dessa investigação estão descritos em Biondo (2019).

Mais recentemente, a vivência nesses espaços digitais tem me mostrado que, se por um lado, eles potencializam a construção e a percepção da pluralidade e da diversidade – dadas as ressignificações do gênero em termos de instabilidade e provisoriedade (BIONDO, 2015; BIONDO; SIGNORINI, 2015) –, por outro lado, a própria noção da diversidade é muitas vezes concebida de forma totalitária pelos participantes, como uma espécie de conhecimento a ser alcançado por aqueles que estariam dispostos (ou aptos) a sair da condição de ignorância (os que não reconhecem a diversidade nos termos defendidos pelos ativistas). São representativos dessa dinâmica os dois trechos de diálogos transcritos a seguir, de duas páginas feministas:

Diálogo 1

Sujeito A: Vcs exigem respeito, mas na hora de se dirigir a uma pessoa ficam com essa porrinha... se falar comigo direito, falo com vc direito. Se continuar a faltar com respeito, vá à merda.

Sujeito B: Enquanto vc for escrota eu vou debochar da sua cara. [...] vc não é absolutamente ngm com intelecto e conhecimento o suficiente pra falar assim de alguém que estudou pra fazer o que faz.

Diálogo 2

Sujeito A: não é o livro que condena é deus

Sujeito B: Deus com letra minúscula? Desconfie!!!! Contém ironia. kkk

Sujeito C: Pode ser, eu reparei, mas por hora pensei que poderia ser apenas alguém sem muito estudo rs. Nem stalkiei o rapaz rs.

Embora descontextualizados, esses diálogos mostram embates entre participantes favoráveis às ideias defendidas nas páginas feministas (sujeitos B e sujeito C) e participantes a elas contrários (sujeitos A), cujos argumentos estão baseados em ideais morais (“Se continuar a faltar com respeito”) e religiosos (“não é o livro que condena é deus”). Como resposta, os ativistas das causas de gênero mobilizam os valores culturais ligados ao estudo e ao conhecimento para desacreditar e ridicularizar os argumentos de seus interlocutores (“vc não é absolutamente ngm com intelecto e conhecimento o suficiente pra falar assim de alguém que estudou”; “pensei que poderia ser apenas alguém sem muito estudo rs”). Em última instância, são esses valores que parecem responder por definir quem (não) está autorizado a participar das discussões nesses espaços, ou com quem vale a pena “se preocupar”, manter um diálogo (“Nem stalkiei o rapaz rs”).

Representativos de muitos dos embates que tenho observado na internet, esses diálogos me parecem aludir a um ideal de diversidade que opera na contramão de uma sua visão crítica, por desconsiderar a possibilidade da interação aberta à identificação das diferenças e à negociação dos significados. Contrariando a própria dinâmica da diversidade que orienta e constitui as lutas pela subversão das noções hegemônicas de gênero em espaços ativistas, em diálogos como esses o conhecimento parece ser compreendido como algo dado e que deve ser alcançado, por meio do estudo, e não como um processo que é sempre de representação, construído e apreensível no discurso, de forma situada, no contato que se estabelece com as diferenças entre o eu e o outro (HALL, 2001).

Essa questão aponta para a necessidade de melhor compreender e caracterizar os letramentos críticos e digitais em espaços ativistas, analisando as ideologias e ideais de diferença que estão em jogo nesses espaços e propondo caminhos teórico-analíticos para repensar a questão da diversidade.⁶ Como reflexão, chama a atenção para a necessidade de (re)pensarmos o ativismo de gênero em redes sociais, sobretudo em uma época na qual a atuação política na internet tem demonstrado enorme alcance.

6. Balbúrdia 2: a importância de se (re)pensar o trabalho crítico sobre gênero na escola

O segundo exemplo é resultado de uma pesquisa concluída em 2019 pelo pós-graduando Juvenal Brito Cezarino Júnior, na Especialização em Linguística Aplicada e ensino de línguas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob minha orientação. Teve como objetivo investigar memes produzidos por alunos de dois cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, na cidade de Aquidauana, a fim de analisar o modo como esses alunos (re)significavam o feminino antes, durante e após a realização de uma pesquisa-ação estruturada a partir da pedagogia dos multiletramentos (NGL, 2006) e do letramento crítico.

O trabalho foi iniciado com a proposição de um projeto de ensino, em que o professor-pesquisador trabalhou criticamente a questão do gênero e das multissemitoses que configuram as produções de sentido na contemporaneidade, e culminou na produção de quarenta e três memes pelos 58 estudantes envolvidos, em uma página do Facebook criada pelo professor para acomodar as atividades do curso. Os quatro memes a seguir ilustram alguns dos significados sobre o feminino identificados no conjunto dos dados, que revelaram questionamentos da norma hegemônica ocidental de gênero, em uma crítica que se desdobrou para a política de vigilância sobre o comportamento masculino e feminino e sobre o corpo feminino:

⁶ Essa caracterização é relativa ao meu projeto de estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo, supervisionado pela Profa. Dra. Walkyria Monte Mor e apoiado pelo CNPq.

Figura 1. Memes produzidos por alunos do IFMS-Aquidauana. (Fonte: arquivo pessoal do pós-graduando Juvenal Brito Cezarino Júnior)



Exemplos como esses mostraram que os estudantes construíram significados sobre o gênero a partir de alguns temas caros à agenda política de movimentos e teorias feministas e de gênero contemporâneas, tais quais os estereótipos comportamentais esperados para cada lado do binário (homem/mulher), o poder sobre o corpo feminino (ligado à maternidade compulsória, à escolha das roupas ou do modo de se comportar etc.), a igualdade de direitos, bem como políticas de desconstrução da violência de gênero ou a interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade. Esses temas, vale notar, foram abordados no projeto de ensino, durante os meses de maio e junho de 2018, por meio de leituras, atividades escritas e debates, a partir de textos multimodais diversos, com base na pedagogia dos multiletramentos, na semiótica social (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e na expectativa de desenvolvimento do letramento crítico entre os envolvidos.

Recorrendo à associação entre imagens e escrita e com base na ressignificação de normas de gênero tradicionalmente fixadas, os alunos produziram memes se apropriando e retextualizando sentidos que circulam em redes sociais na atualidade, demonstrando “habilidade crítica” e agentividade (MONTE

MÓR, 2015). Mais do que isso, alguns dos significados construídos via produção dos memes indicaram mudanças na compreensão de questões de gênero e poder, em comparação com o período anterior à realização do projeto de ensino – o que ficou comprovado por meio da aplicação de questionários e, por vezes, pelas anotações de diário de campo do pesquisador. A esse respeito, chamou-nos a atenção sobretudo o caso de uma aluna que, após a intervenção, procurou o professor para relatar um abuso sexual silenciado por anos, mencionando sua mudança de visão sobre a culpa que sentia pelo ocorrido.⁷

Apesar de o estudo não permitir (nem ter tido como pretensão) afirmar que a proposta de intervenção trouxe grandes mudanças para as significações da identidade de gênero entre os alunos em termos quantitativos, as mudanças qualitativas observadas e registradas pelo professor-pesquisador durante o estudo evidenciaram a necessidade do trabalho crítico e socialmente engajado em instituições de ensino. Trago-o aqui brevemente, portanto, com o intuito de propor a reflexão sobre a importância de se (re)pensar o trabalho crítico sobre gênero na escola, de modo a identificar e minimizar relações que geram violências e sofrimento.

7. Balbúrdia 3: a importância de se (re)pensar a violência atrelada à heterossexualidade compulsória

O terceiro e último exemplo é uma pesquisa de iniciação científica voluntária, desenvolvida na UFMS pela graduanda do Curso de Letras Português/Inglês Mayole Vitória Velasques, a qual oriento desde 2018. O objetivo da pesquisa é investigar, em interações realizadas no Twitter, o modo como são construídos significados e representações sobre o feminino e sobre a heteronormatividade, especificamente nas discussões sobre o assassinato, ocorrido em 2018, de Matheus(a) Passareli – uma jovem artista negra de 21 anos, estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ativista LGBT, que se identificava como não-binária em relação ao gênero.

O trabalho está embasado em teorias sobre performatividade do gênero e *Queer*, sobre heteronormatividade compulsória (RICH, 2010; SEFFNER, 2003) e sobre semiótica social (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Analisa, mais especificamente, vinte e três comentários em tweets e retweets sobre o crime, feitos via @bbcbrasil e por meio da #Matheusa, em maio de 2018. Nesses comentários, identificamos posturas reacionárias sobre gênero e sexualidade, de forma semelhante ao que ocorre com outros comentários preconceituosos contra homossexuais, transgêneros, índios e nordestinos no Twitter, no Brasil (BONIN *et al*, 2018). É o que ilustram os exemplos a seguir:

⁷ Mais resultados da pesquisa são apresentados em um artigo de Cezarino Júnior e Biondo (2020), no prelo.

Figura 2. Tweets sobre o caso #Matheusa retirados do Twitter, via @bbcbrasil. (Fonte: arquivo pessoal da graduanda Mayole Vitória Velasques)



Os modos de construção das identidades dos sujeitos transidentitários em exemplos como esses, vêm mostrando, como resultados da pesquisa, a constante tentativa dos envolvidos nas discussões sobre o caso #Matheusa de marcar a identidade binária de gênero, de modo a reafirmar a norma hegemônica e a reenquadrar (ENTMAN, 2007; DRUCKMAN *et al*, 2011) a questão em discussão – inicialmente, o assassinato e o luto pela jovem. Tal marcação tem se apresentado mais saliente nos exemplos do que a preocupação com o crime cometido contra Matheusa, do que a empatia diante da crueldade do ato; mostram, ainda, o apagamento do sujeito não-binário, aquele resistente ao sistema de heteronormatividade compulsória estabelecido na tradição ocidental.

A reafirmação do binário se apresenta no corpus da pesquisa, principalmente, por meio de um jogo linguístico com os pronomes pessoais ele/ela (o não-marcado *versus* o marcado), bem como pelo recurso à relação inequívoca entre sexo biológico e gênero, já bastante ressignificada pelos estudos performativos de identidades. Mediante tais recursos, são relativizados a ocorrência do crime e a crueldade do assassinato, uma vez que a identificação de Matheusa como não-binária é exposta como uma das possíveis justificativas para o seu assassinato. Além disso, os dados têm mostrado que os comportamentos de

Matheusa associados com o feminino assumem conotação pejorativa nas interações sobre o caso, atuando também como uma justificativa para o crime.

Em seu conjunto, os resultados do trabalho da Mayole convocam a (re)pensar a violência atrelada à heterossexualidade compulsória, uma última reflexão que proponho a respeito das balbúrdias que temos feito com o intuito de atuar sobre a violência de gênero.

Considerações finais

Os exemplos de pesquisas que escolhi discutir neste trabalho têm o intuito de contribuir para uma maior caracterização dos letramentos críticos e digitais em espaços educacionais e da internet como os investigados, estudando as ideologias e ideais de diferença que estão em jogo nesses espaços e propondo caminhos teórico-analíticos para repensar a diversidade e as relações entre estudos feministas e a pesquisa em linguística aplicada. Ao mesmo tempo, levantando questões para outras áreas do conhecimento que se dedicam hoje a estudar as relações entre convergência e diversidade, os gêneros e os espaços educacionais e digitais.

Ao trazê-los brevemente aqui, no entanto, meu objetivo foi o de contribuir para dar visibilidade ao trabalho crítico e engajado que tem sido desenvolvido por pesquisadores nas universidades públicas do país, fundamentados por estudos teóricos e empíricos nacional e internacionalmente consolidados e, muitas vezes, ancorados por um comprometimento social com a violência, física e simbólica, que compõe muitas das relações de poder em nossa sociedade – neste caso, as relações de gênero.

Assumo aqui, portanto, um sentido positivo e político para “balbúrdia”, termo do qual me aproprio para desordenar a ordem hegemônica do gênero e fazer refletir sobre a tarefa de militância na internet, o trabalho crítico nas escolas e a violência ligada à heterossexualidade compulsória. Faço isso de mãos dadas com Juvenal e Mayole, a quem agradeço pelas trocas em nossos momentos de balbúrdia intelectual na universidade, bem como pela afetividade desses momentos.

Para além do por vezes inócuo “ninguém solta a mão de ninguém”, espero que este trabalho possa atuar como um pequeno exemplo das muitas balbúrdias e das poucas (porém fundamentais) mãos estendidas que constituem o trabalho de pesquisa nas universidades do país.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. 5.ed. Campinas/SP: Papirus, 2000.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 255 p.
- BIONDO, F. P. ‘Liberte-se dos rótulos’: questões de gênero e sexualidade em práticas de letramento em comunidades ativistas do Facebook. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, n.15(1), p.209-236, 2015.

- _____. Ideologias de gênero e ideologias de língua(gem) em páginas feministas do Facebook. *Revista Alfa*, Araraquara-SP, n.63(2), p.295-315, 2019.
- _____. e SIGNORINI, I. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, n.31esp(4), p. 169-197, 2015.
- BONIN, I. T. *et al.* Disputas pela Representação do Corpo Indígena no Twitter. *Revista Brasileira de Estudos da Presença [Brazilian Journal on Presence Studies]*, v. 8, n. 2, p. 219-247, 2018.
- BURNS, A. *Doing action research in English language teaching: A guide for practitioners*. New York/EUA: Routledge, 2010.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Undoing gender*. New York and London: Routledge, 2004.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 2.ed., Trad.: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1, 638p.
- CERVETTI, G. *et al.* A tale of differences: Comparing the traditions, perspectives, and educational goals of critical reading and critical literacy. *Reading online*, v. 4, n. 9, 2001. Disponível em: <http://www.readingonline.org/articles/art_index.asp?HREF=articles/cervetti/index.html>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- DRUCKMAN, J. N. *et al.* What's it all about? Framing in political science. *In: KEREN, G. Perspectives on framing*, New York: Psychology Press, v. 279, 2011, p. 279-293.
- ENTMAN, R. M. Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of communication*, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.
- ERICKSON, F. *Qualitative methods in research on teaching*. Institute for Research on Teaching, 1988.
- FRIDMAN, L. C. *Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, 99 p.
- GIL, A. C. *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2009.
- HALL, S. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & PA, 2001.
- HINE, C. *Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday*. Bloomsbury Publishing, 2015.
- _____. How can qualitative internet researchers define the boundaries of their Project? *In: MARKHAM, A. N.; BAYM, N. K. (Orgs.). Internet inquiry: Conversations about method*. pp. 01-20. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage, 2009.
- _____. Virtual ethnography: Modes, varieties, affordances. *The SAGE handbook of online research methods*, p. 257-270, 2008.
- _____. *Virtual ethnography*. London: Sage Publications, 2000.
- JAGOSE, A. *Queer Theory. An Introduction*. Nova York: New York University Press, 1996.
- JORDÃO, C. M. Abordagem comunicativa, pedagogia crítica e letramento crítico-farinhas do mesmo saco? *In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas*. Campinas: Pontes, 2015, p. 69-90.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London/ New York: Routledge, 2006.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, Campinas, n.19 (2/56), p.17-23, 2008.
- MOITA LOPES, L. P. 'Se eu fosse mulher...': performances de gênero e sexualidade em *Como gostais*. *In: MOITA LOPES, L. P. (org.) Performances*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007, p.79-102.

- _____. Introdução. Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade recente. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 15-37.
- _____. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Ed.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p.85-107.
- _____. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n.49(2), p.393-417, 2010.
- MONTE MÓR, W. Convergência e diversidade no ensino de línguas: expandindo visões sobre a “diferença”. *Polifonia*, v. 21, n. 29, p. 234-253, 2014.
- _____. Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. (Org.) *Língua Estrangeira e Formação Cidadã: por entre discursos e práticas*. Campinas: Pontes, 2015, p. 31-50.
- _____. Critical literacies, meaning making and new epistemological perspectives. *Matices en Lenguas Extranjeras*, n. 2, 2008.
- NEW LONDON GROUP. A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (Orgs.). *Multiliteracies – Literacy Learning and the Design of Social Futures*. New York: Routledge, 2006, pp. 9-37.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, 4 (5), jan./jun, 2010[1993]. pp. 17-44. Tradução de: Carlos Guilherme do Valle.
- SEFFNER, F. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Tese de doutoramento não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2003.
- SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (orgs.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998.
- SOUSA SANTOS, B. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.54, p.197-215, 1999.
- SOUZA, L. M. T. M.; MONTE MÓR, W. Afterword: Still critique? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 18, n. 2, p. 445-450, 2018.
- STREET, B. What’s “new” in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current issues in comparative education*, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. São Paulo: Bookman Editora, 2015.

Fabiana Biondo is an adjunct professor from the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), in Campo Grande-MS, acting as a lecturer and researcher at the undergraduate Languages course and the Graduate Program in Language Studies (PPGEL) - research line Languages, Identities and Teaching. She has a Bachelor's and Masters degree in Languages Graduated from the Universidade Estadual de Maringá (UEM); and a PhD in Applied Linguistics from the Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Currently, she holds a postdoctoral internship at the Universidade de São Paulo (USP), where she has developed research that relates social networks, feminism and diversity, from the critical literacy perspective. She is also a research group leader in CNPq - Práticas de Letramento multi/hipermidiáticas (UFMS) and works in Applied Linguistics, mainly with the following themes: hypermedia/critical literacy; social networks; languages, culture and identity; gender and sexuality; feminism and/in Applied Linguistics. Email: fabibiondo@gmail.com